

PARECER/PGM/834/2023

Alegrete, 17 de outubro de 2023.

## I – RELATÓRIO

---

Trata-se de pedido de parecer oriundo do Gabinete do Prefeito, por meio do Memorando GAB/PREF/180/2023, que encaminha a esta procuradoria o Plano de Trabalho e documentos referentes a parceria com a entidade **CENTRO DE EQUOTERAPIA DE ALEGRETE – CEAL**, CNPJ Nº 04.527.980/0001-36, para repasse no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** em parcela única. Tal repasse tem por objeto o auxílio ao projeto “CAVALEIROS ESPECIAIS ANO II”, oriundo de recurso via FUNCRIANÇA – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, pelo órgão financiador Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A Lei 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, envolvendo ou não transferências de recursos, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração e fomento ou em acordos de cooperação. As organizações da sociedade civil estão identificadas no art. 2º, I da referida Lei.

Com a referida lei, foram estabelecidas requisitos de transparência, chamamento público (como regra), prestação de contas, monitoramento e avaliação, dentre outros.

Portanto, não é suficiente, apenas, a análise da pessoa jurídica de direito privado para a aplicabilidade ou não da Lei n. 13.019/2014. É necessário que se analise conjuntamente o objeto da relação jurídica mantida com o Poder Público e a natureza da instituição com a qual tal vínculo foi celebrado. Somente a partir da análise da natureza jurídica e da pessoa com a qual o Município o celebrará é que se torna viável uma cognição acurada sobre a aplicação do regime jurídico das parcerias.

Pois bem, na presente situação trazida para análise desta procuradoria, verifica-se, ante a leitura da documentação apresentada, mais especialmente em seu Estatuto Social, que a entidade postulante enquadrar-se-ia no conceito do disposto no art. 2º, inciso I, alínea “a” da Lei do Marco Regulatório, pois é entidade civil, de caráter social, cultural, desportivo, terapêutico e saúde, para atender pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), conforme o Art. 1º de seu Estatuto Social, e sem finalidade lucrativa, conforme previsão do Art. 2º, do mesmo diploma.

Com efeito, tratando-se de organização sem fins lucrativos e, tratando-se da única entidade existente no município dedicada a cumprir a finalidade proposta, podendo assim ser utilizado o disposto no art. 31 da Lei 13.019/2014, que prevê a inexigibilidade de chamamento público, além de ser a entidade a única que poderá realizar o objeto ao qual se propõe (visto o

direcionamento do recurso), dando base assim para posterior justificativa, nos termos do art. 32 e seguintes da mesma lei.

## II – CONCLUSÃO

---

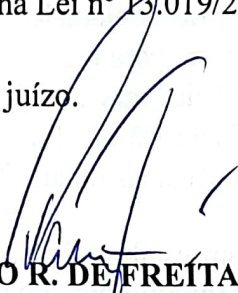
Da análise do Plano de Trabalho e das demais documentações pra formalização da parceria e o previsto no Estatuto Social da entidade, o que configuraria assim a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil para a consecução do objeto em voga, tem-se por preenchidos os requisitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, o que permite seja considerado inexigível o Chamamento Público previsto no art. 23 e seguintes do diploma citado.

Após a conclusão desta etapa, já com a devida publicização pertinente da respectiva justificativa, dispensa-se o encaminhamento encaminhado deste procedimento ao Poder Legislativo Municipal visto à existência prévia de autorização legislativa.

Nesse sentido, impende seguir o trâmite dos demais procedimentos previstos na Lei 13.019/2014, para, quando concluídos, ser realizada a assinatura do termo de fomento respectivo.

Assim, diante o exposto, OPINA-SE pelo deferimento ao requerido, desde de que, respeitadas as disposições mencionadas na Lei nº 13.019/2022 e demais regramentos.

É o parecer, salvo melhor juízo.



**PAULO R. DE FREITAS FARACO**  
Procurador-Geral do Município  
Portaria nº 1.983/2022  
OAB/RS 48.001